

-----ATA N.º 2/2015 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREI
RA DO ZÊZERE AOS VINTE E QUATRO
DIAS DO MÊS ABRIL DE 2015 -----**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Vila de Ferreira do Zêzere, Edifício dos Paços do Concelho, face à convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de Luís Ribeiro Pereira, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Fábio Miguel Ferreira dos Santos e Catarina Filipa Atalaia Martins, com a seguinte **ordem de trabalhos**:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

- 1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- 2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 6 de fevereiro de 2015. -----
- 3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

- 1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

- 1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----
- 2.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

3.- Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 e alteração às PPI n.º 1, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

4.- Apreciação e votação do despacho do Presidente da Câmara para reconhecimento de interesse público municipal, na regularização da estação de conferência e do ecocentro, sita em valadas, freguesia de Ferreira do Zêzere, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, conjugado com a alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

5.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Presenças: Distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e dois dos seus membros, tendo-se registado a ausência do eleito local Bruno José da Graça Gomes, que foi substituído pelo cidadão Manuel António Dias Agostinho Esperança. A eleita local Isabel Baptista chegou um pouco mais tarde pelo que a eleita local Catarina Martins a substituiu como 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Dr. Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, e pelos Vereadores Eng.º Paulo Jorge Alcobia das Neves, Dr. Hélio Duarte da Silva Ferreira Antunes, Dr. António Vicente Martins e Dr.ª Elisabete Matias Henriques.-----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e cinco minutos quando, verificada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os

membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.- Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do art.º 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Não houve intervenções.-----

2.- Apreciação e votação da ata da sessão realizada em 6 de fevereiro de 2015. --

Não houve intervenções.-----

Colocada a votação a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções, de membros da Assembleia Municipal que não estiveram presente na sessão de 6 de fevereiro.-----

3.- Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A eleita local Sofia Miguel interveio dizendo que queria questionar o senhor Presidente a propósito de um assunto que seguramente não é novidade para a maior parte dos presentes. Há cerca de quinze dias atrás, na edição de 9 de abril, do “Diário de Notícias”, no título de capa podia ler-se: “*As portas abertas por Rogério Gomes junto do Governo*”. Este título suporta o texto, que não é mais do que uma denúncia por alegados casos de corrupção e tráfico de influências. Nada a que não estejam já habituados a ver na imprensa corrente, não fosse o facto de, desta vez, envolver o nome de Ferreira do Zêzere. Referiu que ia fazer um breve resumo sobre a situação, começando por dizer que o Rogério Gomes, de que se fala, é um social-democrata discreto que chegou a ser patrão do Passos Coelho e, assim que o Passos Coelho chegou ao poder, Rogério Gomes fundou o Instituto do Território, isto em finais de 2011. Rapidamente expandiu as suas atividades aos vários setores do Estado

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

(educação, economia, urbanismo, desporto, etc.) e, conseqüentemente, desta extensão dos seus serviços deu origem a ajustes diretos, por valores bastante avultados, em benefício deste próprio Instituto, que se dizia sem fins lucrativos. Até aqui já tudo vai mal, mas quando alguma coisa vai mal, a tendência é que fique sempre pior. É que este Rogério Gomes foi ainda presidente da URBE e, talvez este nome já diga mais qualquer coisa. A URBE é a Associação de Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção, que é uma associação bastante antiga, de 1988, que foi presidida por este Rogério Gomes por mais de 24 anos e, também esta associação, segundo esta notícia, foi contratada por Câmaras Municipais, por ajustes diretos, todas elas do PSD (um pormenor interessante), na pessoa do seu Presidente, mais uma vez Rogério Gomes, como consultor. Uma delas foi Ferreira do Zêzere e aconteceu em 2009, aconteceu em 2010 e aconteceu em 2011. É até de estranhar como é que uma assessoria deste nível, com tamanha formação na área do território, pois Rogério Gomes é um homem cheio de predicados académicos, como se eles por si só valessem de muito, e ainda assim não evitou nem deixou legado que pudesse evitar as infrações ao reino que foram praticadas neste concelho. Mas ainda assim talvez seja melhor deixarem aquele assunto para outra ocasião e irem a factos. Fazendo um pouco de pesquisa, antes que a mandem ler as atas e, não gosta muito de cumprir esse tipo de pedidos, já fez esse trabalho e é muito fácil acompanhar a evolução destes contratos que foram feitos ao longo destes anos que acabou de referir. Uma das primeiras atas, neste período em que o jornal noticia esta situação, é a de junho de 2009, altura em que o Dr. Jacinto ainda não era Presidente, mas é relativamente fácil perceber que a URBE foi uma associação que foi contratada, por avença, para prestar serviços à Câmara Municipal, como assumiu o Sr. Luís, Presidente na altura. Aqui até podia ser bastante útil para a questão da revisão do

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

PDM e assim foi. Mais tarde há outras atas de deliberação que voltam a falar nesta contratação, não só da URBE, mas também da relação com Rogério Gomes. Só para contextualizar os números que estão envolvidos neste contrato passou a ler uma breve nota de uma reunião de Câmara passada a dia 13/08/2011 “*Consultoria no âmbito do ambiente e do ordenamento do território – contrato de avença*” onde se fala, entre outras coisas que “*dispõe esta autarquia de um contrato de consultoria com a URBE, desde 01/07/2008, envolvendo as seguintes matérias*” e chegando então aos valores fala “*que sendo os trabalhos de avaliação ambiental estratégica da elaboração do Plano de Urbanização da Vila de Ferreira do Zêzere, assim como a revisão do Plano Diretor Municipal continuarão a decorrer para além da data do decurso desta consultoria, que foi 31/08/2011, considera-se importante contratar os serviços de consultoria desta associação por mais 1 ano. O preço base para a consultoria respetiva estima-se em 10.560,00 €, o que corresponde a 880,00 € mensais.*” Importa referir que a Câmara deliberou, por maioria com as abstenções dos vereadores Dr. Vicente Martins e Sr. Sérgio Morgado, aprovar. Este assunto está documentado em ata e, ninguém está a por em causa se é legal pois, não tem dúvidas nenhuma de que aquilo se passou em absoluta legalidade. Questiona é se é moral, se isto foi moral, porque este assunto está descrito no que diz respeito à forma, mas não está no que diz respeito à essência, uma vez que as motivações que lhe estão adstritas são da competência do executivo, e estas sim, é que levantam dúvidas. Não que saber como é que se deu esta contratação, o que quer saber é em que circunstâncias é que ela ocorreu, porque este assunto é grave. Na sua perspetiva é grave porque, não estão a recair ali, sobre a Câmara, dúvidas formais sobre contratação ou despesismo, como é habitual nestas situações. O que estão ali a falar e o que reporta o artigo que leu, e na imprensa saíram outras notas desta natureza, é

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

de favorecimento e compadrio, num caso que envolve Ferreira do Zêzere. Como para desgraças já bastam as que leu, e visto que a melhor coisa é não vestir a pele de analista de ocasião sem ouvir os esclarecimentos, prefere perguntar do que supor, por isso perante os factos apresentados perguntou ao senhor Presidente o que é que este tinha a dizer sobre isto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se a pergunta era para ele. -----

A eleita local Sofia Miguel referiu que a pergunta era para o senhor Presidente da Câmara, mas disse que se o Presidente da Assembleia tivesse algum esclarecimento, para se sentir livre para esclarecer. Estão a falar ali de uma questão que é para si, naturalmente, incómoda, e para a maior parte das pessoas que leram aquele artigo ou para outras que eventualmente possam vir a ler. Acha que não vale a pena estarem ali com sombras. -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu à eleita local Sofia Miguel que o que ela leu nas atas foi esclarecedor. Perguntou porquê o compadrio.-----

A eleita local Sofia Miguel em resposta disse que as duvidas que se levantam não é sobre a forma como foi contratualizado este serviço. A questão que está ali envolvida, não é uma questão de forma. O que está ali a pôr em causa não é a forma como o contrato ocorreu, o que está a pôr em causa é o seu teor. Perguntou como é que lhe explicam que saiam notícias a falar de comportamentos menos lícitos, não na forma como acontecem aqueles contratos, que são legais. Estão a falar de questões que foram feitas por ajustes diretos, e são sempre pontos bastante sensíveis, e o Presidente da Assembleia não gosta, seguramente, de ver o nome deste concelho envolvido nestas manchetes. Quem lhe dera só ouvir falar de Ferreira do Zêzere, nos jornais, por bons motivos. Se tiverem a consciência que perguntar não ofende, a resposta também não pode ser ofensiva. -----

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que no seu tempo de presidente da Câmara, a URBE, para si, era uma instituição saudável, de renome, com muita experiência para o Ordenamento e, foi apenas por isso, que os contrataram. Acrescentou que não conhecia do Dr. Rogério Gomes, só o conheceu quando assinou contrato, e não sabia que ele era do PSD. E a partir daí, se calhar nunca mais o viu. -----

A eleita local Sofia Miguel interveio dizendo que percebia o que o Presidente da Assembleia lhe estava a dizer mas, perante aquelas notícias, também não é fácil entender como é que, em simultâneo, os serviços da mesma pessoa que tem uma instituição que foi criada para estas finalidades, não esta associação, mas outras que tinha em paralelo, como o Sr. Presidente da Assembleia bem sabe, e melhor do que ela, porque esteve no ativo nesse momento. Como é que de repente a mesma entidade, na qualidade desta pessoa, tem ao mesmo tempo uma série de contratos com tantas Câmara, todas elas, PSD. É natural que se comece ali a fomentar dúvidas sob a forma como este tipo de contactos se começam a formalizar. Não é a forma como eles acontecem, porque isso está nas atas, foi documentado, foi aprovado, foi aos órgãos que devia ir, e não está a pôr isso em causa. A questão é saber mais qualquer coisa sobre este assunto, porque não é bom, numa manhã, abrirem o jornal e comecem a ver “*então mas corrupção em Ferreira do Zêzere, então mas compadrio, influencias, o que é que se está aqui a passar?*” -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se o termo era mesmo “*corrupção em Ferreira do Zêzere*”. -----

A eleita local Sofia Miguel respondeu que “*corrupção*” não foi uma palavra que foi atribuída a Ferreira do Zêzere, mas sim a questão de tráfico de influências e etc. -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que então é preciso pôr as coisas

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

no seu lugar. Se é corrupção há que prová-lo. Da sua parte não lhe sabe dizer absolutamente mais nada. Não tinha conhecimento da notícia, nunca mais pensou no Rogério Gomes nem na URBE, pelo que não vale apenas continuarem aquele diálogo. -----

O eleito local José Manuel Duarte solicitou o uso da palavra para fazer duas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara. Primeiro pediu que lhe esclarecesse o que é que se passa com a compra de um carro novo, uma viatura para uso do Presidente da Câmara. Em segundo lugar, e sem querer entrar nas ambições políticas do Presidente, questionou se este está a equacionar vir a ser Deputado e deixar a Câmara. -----

O Presidente da Câmara Municipal, em resposta às questões colocadas, começou por dizer à eleita local Sofia Miguel, que vai pedir certidão da ata desta sessão e vai remeter para o advogado, porque as acusações que lhe foram feitas são muito graves. Pensa que o melhor sítio para verem se houve compadrio e favorecimento é mesmo no tribunal. Se a pergunta tivesse sido feita de outra maneira, respondia, mas como a eleita local veio com acusações, fica encontro marcado num tribunal. Já que há tantas dúvidas, nada melhor do que ser a justiça a apreciar o processo, e não ser ele a dizer o que acha do processo. Ao eleito local José Manuel Duarte disse saber que correm estes dois boatos. Quanto ao carro novo, o carro que o Presidente da Câmara usa é uma máquina com onze anos, e garantiu que não comprou nenhum carro novo, não tem nenhum carro escondido, em nenhuma garagem. Pensa que agora é moda comprar coisas e depois esconde-las em armazém, mas não comprou carro nenhum. O único carro novo com que o podem ver é o seu carro pessoal, que usa muito ao serviço da Câmara, e não é por aí que vem mal ao mundo. Não sabe com que intuito foi lançado o boato, mas sabe de onde, mais ou menos surgiu. Em relação a ter

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

aspirações a ser deputado, já respondeu em reunião de Câmara ao Dr. Vicente, que lhe fez a mesma pergunta. Também é um boato que foi posto a circular e sabe qual é o intuito desse boato. É dar a entender às pessoas que ele quer ser deputado, mas como não quer, quando saírem as listas o seu nome não pode lá surgir. Nunca surgiria primeiro porque, nesta fase da vida, não quer ser Deputado, e depois também não pode ser porque os Presidentes de Câmara do PSD, ao contrário dos de outros partidos, não se podem candidatar a Deputados. O objetivo do boato é, quando surgirem as listas e o seu nome não constar nas mesmas, dizerem que ele queria ser deputado, mas não conseguiu. Acrescentou que nem que fosse para deputado comprava carro novo.-----

A eleita local Sofia Miguel solicitou a palavra em direito de resposta. Começou por dizer que muito lhe espanta quem, em pleno dia 24 de abril, véspera do 25 de abril, uma data importante para todos, o facto de estar ali a falar, não num tom acusatório, mas num tom assertivo sobre aquilo que leu. Não fazendo acusações mas fazendo perguntas a respeito do teor de uma notícia que leu, isso lhe custe uma acusação em tribunal. Mas, se assim for, o Presidente da Câmara está à vontade. Fez-lhe uma pergunta e queria muito ouvir a resposta. Não podia voltar atrás no que disse, pois há duas coisas em que nunca se pode voltar atrás, que é uma palavra atirada, assim como a pedra. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que se a eleita local quisesse reformular a pergunta lhe dava essa oportunidade. -----

A eleita local Sofia Miguel respondeu que não queria reformular a pergunta. Queria era que o Presidente lhe desse uma resposta. Leu um artigo em que poe as coisas nestes termos. Não foi só um artigo, foram vários artigos. Para si é grave ler uma notícia destas e não perceber o que está por trás dela. Não é a questão legal, é a

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

questão da motivação, se realmente foi assim que aconteceu. -----

O Presidente da Câmara Municipal disse que quando a eleita local começou a sua intervenção a dizer que era o prato do dia-a-dia, ainda pensou que estava a falar do ex-Primeiro Ministro, mas afinal era do Rogério Gomes. Quando se falou da área do ambiente ainda pensou em contratar o José Sócrates, que era a área dele, mas na altura estava ocupado. -----

A eleita local Sofia Miguel disse que chegou ali com uma dúvida em relação à forma como aconteceu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal foi de opinião que é uma dúvida maliciosa.---

A eleita local Sofia Miguel respondeu que tem muitas dúvidas em relação à malícia que estava a apreciar naquele momento. E o dia para si, ainda que não fosse outra coisa, é simbólico, honestamente, não estava à espera de uma reação destas. -----

O Presidente da Câmara Municipal lembrou que estão a celebrar a liberdade, e que esta funciona para os dois lados. A da eleita local Sofia Miguel acaba quando começa a dele. -----

A eleita local Sofia Miguel questionou se não tinha liberdade de perguntar nada ao Presidente da Câmara ou, se este não tinha liberdade para lhe responder. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que a eleita local não lhe fez uma pergunta, fez uma acusação e isso, não lhe admite, nem à eleita local nem a ninguém.-----

A eleita local Sofia Miguel referiu que são leituras diferentes. -----

O Presidente da Câmara disse que não são leituras, a eleita local fez-lhe uma acusação e ele está farto de acusações e de mãos que atiram pedras e se escondem. A eleita local hoje teve o azar de atirar a pedra e deixar ficar a mão. -----

A eleita local Sofia Miguel referiu que não podia concordar com o Presidente da

Câmara e acrescentou que também não gostava daquelas palavras e da forma como lhe são dirigidas. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1.- Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Sr. António José Dias Monteiro solicitou o uso da palavra para trazer ali o assunto de uma estrada da Carraminheira, Beco. É uma estrada que tem nome, número de polícia e que não é de ninguém. O Presidente da Junta diz que não é da Junta, o Presidente da Câmara já prometeu ir ver mas ainda não foi. Quer saber em que situação se vai resolver aquilo. Antes podia passar a pé, mas agora nem a pé porque a estrada está vedada com uma rede. Quer também saber a quem pertence a estrada. - O Presidente da Câmara Municipal em resposta referiu que como já uma vez tinha dito na Assembleia, este caso vai acabar em Tribunal. A Junta diz que não é responsável pela estrada porque tem nome e por isso não é um caminho vicinal. Não é o entendimento dos serviços da Câmara, mas como a situação não se pode prolongar pelo que já deu instrução ao jurista da Câmara para avançar com um processo por usurpação do espaço público. Não há dúvida que o espaço é público, ou será da Junta ou será da Câmara, o que não pode continuar a perpetuar-se no tempo é a situação daquela senhora invadir o terreno e dizer que é dona dele, pondo em causa o fornecimento de água a uma casa e o acesso a outra casa. -----

O Sr. António José Dias Monteiro quis saber quando entra o processo em tribunal, porque se demorar mais seis anos a casa vai cair e, se isso acontecer, não sabe quem é que o indemniza. -----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que o Presidente da Câmara vai ser célere, vai ser rápido a enviar para tribunal, mas ninguém sabe o tempo que

demoram os processos em tribunal. -----

A esposa do Sr. António José Dias Monteiro interveio lembrando que há 5 anos e meio que não pode usufruir de uma casa pois aquele acesso é o único que tem. Para estar ali presente tem que ir dormir a um hotel. A casa está a degradar-se. Viu um processo na Câmara em que a referida senhora teve que fazer uma alteração, e essa estrada já aparece como estrada, em que a senhora confina com a estrada e não com o vizinho. Tem os seus terrenos, no concelho, ao abandono, porque não tem casa para ficar quando vêm a Ferreira do Zêzere.-----

O eleito local José Manuel Duarte solicitou o uso da palavra para prestar um esclarecimento sobre este assunto. Começou por dizer que o que está em questão é que o tribunal decreta a devolução da posse à entidade pública (Junta ou Câmara). É uma ação muito rápida na medida em que o advogado, com certeza irá pedir a chamada posse judicial avulsa. Como não há questões de propriedade a discutir o tribunal rapidamente vai decretar a devolução da posse aos legítimos proprietários e, os senhores terão o problema resolvido muito rapidamente. -----

O Sr. António José Dias Monteiro referiu que iria aguardar mais trinta dias para ver a evolução da situação.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Não houve intervenções.-----

2.- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O eleito local Eduardo Mendes no uso da palavra começou por dizer que o

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

Documento de Prestação de Contas apresentado pela Câmara para aprovação da Assembleia, além de ser um longo documento cheio de números e algarismos, tem um bem elaborado relatório do senhor Presidente. Não se esperava coisa muito diferente uma vez que seguiu o orçamento que todos conheciam. Dentro dos documentos que acompanham o relatório do revisor oficial de contas, pensa que este ano, cumpre cabalmente aquilo que se espera e denota a profundidade de trabalho desenvolvida este ano. Salientou que o ROC conclui que o documento está em condições de ser aprovado. O volume da despesa é inferior aos anos das vacas gordas. A receita esteve dentro daquilo que se esperava, se não havia não se podia gastar mais. Das receitas correntes, depois de terem coberto as despesas correntes, ainda sobraram largos milhares para investimento. Chamou a atenção para uma coisa que lhe agradou e que não está referida no relatório do Sr. Presidente, que é a redução do endividamento. O endividamento reduziu bastante e há um aspeto qualitativo que lhe agradou. Há 171 fichas, que tinham no início do ano de 2014 algum valor em dívida e, estas dívidas foram pagas, o que para si tem duas vantagens. Uma porque a Câmara pagou aos seus fornecedores, depois porque grande parte deste dinheiro foi lançado na economia local e, finalmente porque é mais bonito. Pessoalmente gosta que quando se chega ao fim do ano, e se faz o balanço, se aproveite para limpar contas. Também verificou que o Sr. Presidente dá Conta que do outro lado, dos devedores à Câmara, também existem algumas coisas antigas, que tenciona resolver. Gostou. É um documento que lhe parece inatacável, cumpre as regras e tem muita informação. -----

O eleito local Aurélio Nunes interveio dizendo que da apreciação que fez, também é de opinião que a situação está um pouco melhor e para isso basta ler o relatório do ROC. Olhando para o balanço veem, logo à partida, uma redução do passivo,

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

nomeadamente da dívida bancária e irá possibilitar, num futuro próximo, ou de médio prazo, à Câmara Municipal fazer investimentos estratégicos para o desenvolvimento do Município de Ferreira do Zêzere. Na demonstração de resultados pediu que lhe fosse explicado o valor que consta nos proveitos e ganhos financeiros, onde há um aumento relativamente grande, de 2013 para 2014. Em termos de resultados a conclusão a que chega é que têm sido sempre negativos e esperam que não continuem sempre assim porque ao fim de 30 anos os fundos próprios foram embora. Ao analisar a situação em termos do que estava previsto e do que foi executado chegam à conclusão que a execução andarà na ordem dos 80 a 85%. Fica 15% aquém do previsto sendo que, o próprio Revisor Oficial de Contas afirma isto. Pensa ter encontrado uma certa disparidade entre o relatório do Revisor e o relatório das contas, na sua página 28, quanto à capacidade de endividamento. Trata-se de uma prestação de contas em que as receitas baixam imenso, logo as despesas também têm que baixar. O que é preocupante é que têm vindo a baixar continuamente portanto, esperam no futuro que tudo isto seja invertido. Esperam que as finanças públicas do país possam permitir, no futuro, algo diferente daquilo que permitiram até à data. -----

O Presidente da Câmara Municipal em relação à Prestação de Contas disse que é um trabalho que reflete a realidade. Quanto ao facto da receita total estar a baixar lembrou que não estão no tempo das vacas gordas. Pensa que a estrutura de receita do Município está muito mais salutar do que estava há alguns anos atrás. Para aumentar a receita é preciso aumentar os impostos e as taxas, coisa que já não fazem há dois ou três anos. Tem sido esse o contributo da Câmara para ajudar os Ferreirenses a ficarem com um pouco mais no bolso. Também tem noção que, devolve aos Ferreirenses aquilo que estes pagam de impostos. Em relação à conta

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

78, proveitos e ganhos financeiros, referiu que está uma nota explicativa no relatório. Relativamente à disparidade entre a margem de endividamento e o que diz o Revisor, isto resulta do facto de a Câmara não poder usar a totalidade da margem que tem. Esta reserva estratégica de endividamento poderá fazer face para investimentos estratégicos. Referiu que a execução da receita foi 92% e da despesa 85% o que significa que 7% da receita ficou no cofre. Esta reserva resultou de vários fatores. Um deles os fundos disponíveis. Outro fator para não gastar o dinheiro todo foi criar uma almofada, tendo passado o ano com meio milhão de euros a prazo no banco, para se começar a fazer investimentos, este ano, em que se espera que o Portugal 2020 arranque com a força toda. Vai haver concurso para regeneração urbana, em julho, pelo que já começaram a rever os projetos para conseguirem mais uma regeneração urbana na Vila. Nesta primeira fase só dá para a Vila. Naquele dia, na reunião da CIMT, que se realizou em Ferreira do Zêzere, uma das boas notícias foi que, possivelmente, a regeneração urbana poderia ser alargada a outras áreas, podendo assim chegar à Freguesia de Águas Belas e a outras que ainda não chegaram. Quanto ao endividamento bancário pensa que voltaram aos níveis de 2009, altura em que se fizeram dois grandes empréstimos. Um para as obras do Mercado Municipal e outro para as obras do Centro Escolar. As obras estão feitas e os empréstimos foram para fazer obra e não para fazer o saneamento das contas do Município. Em relação ao prejuízo, informou que vai continuar a dar prejuízo, e só não dará prejuízo quando a Câmara deixar de fazer obras. Seria um prejuízo maior se tivessem subido a execução orçamental dos 85 para os 92%. No dia em que tiverem lucro, aí sim fica preocupado. Até lá, é sinal que o Município está a fazer aquilo que lhe compete. Têm um património muito elevado e as amortizações são esmagadoras. Quando as amortizações estiverem mais baixas, aí sim poderão ter

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

resultado positivo sem pôr em causa a função de apoio à população. -----

O eleito local Armando Alexandre, em relação à revitalização das sedes de Freguesia, informou que a comissão fabriqueira de Águas Belas tem andado a pavimentar o recinto da igreja, a calçada. Era o tal trabalho que devia ser incluído na revitalização da sede de freguesia. Espera que o Sr. Presidente da Câmara tenha isso em atenção. Vai dizer à fabriqueira que faça um pedido em relação a isso. -----

O Presidente da Câmara, em resposta, lembrou o eleito local Armando Alexandre que o primeiro investimento que se fez no adro de Águas Belas foi feito pela Câmara. Quanto às laterais há quem ache muito bem e há quem ache muito mal, mas a igreja tinha muito dinheiro e é preciso gastá-lo. Quanto ao apoio da Câmara já está articulado, com quem está a dirigir a obra, no sentido de fazer chegar um pedido formal, para a Câmara atribuir um subsídio. Adiantando que a Câmara está disponível para dar 5.000,00 €. -----

O eleito local Armando Alexandre, referiu que ainda bem que estavam a ser generosos porque Águas Belas, muitas vezes, foi ficando para trás e deve ser tratada de igual modo. Quanto ao facto das pessoas não acharem bem, há sempre quem discorde. Na sua opinião é um bom trabalho porque fica tudo em calçada e fica um recinto com outras condições. -----

O eleito local Aurélio Nunes, a propósito dos proveitos e ganhos financeiros, presumindo que não são juros de depósitos a prazo, pensa que serão rendas obtidas, tendo questionado que rendas são estas. Relativamente à parte da execução, em que falou dos cerca de 80%, obviamente que estava a falar da despesa e não da receita. Relativamente à diferença entre o total da receita e o total da despesa e o valor que transita para o próximo ano, não tem nada a opor contra isso. -----

O Presidente da Câmara Municipal em resposta esclareceu que o valor se refere a

rendas que a EDP paga ao Município. Voltando à taxa de execução, referiu que 92% de receita é muito bom. Prefere ter uma execução orçamental de 60% porque significa que teve um orçamento com muito mais janelas de oportunidade e muito mais flexível. Lembrou que a lei impõe uma taxa de execução da receita de 85% ou mais. Se durante dois anos consecutivos a execução da receita for inferior a 85%, serão fiscalizados. O objetivo será ficar sempre acima dos 85% e o mais próximo possível dos 100%. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com doze votos a favor dos eleitos locais do PSD, zero votos contra e dez abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** os documentos de prestação de contas do ano de 2014-----

3.- Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 1 e alteração às PPI n.º 1, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara Municipal explicou que esta revisão é para entrar o saldo de gerência.-----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com treze votos a favor, sendo doze dos eleitos locais do PSD e um dos eleitos locais do PS, zero votos contra e nove abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** a Revisão Orçamental n.º 1 e a alteração às PPI n.º 1. -----

4.- Apreciação e votação do despacho do Presidente da Câmara para reconhecimento de interesse público municipal, na regularização da estação de conferência e do ecocentro, sita em valadas, freguesia de Ferreira do Zêzere, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, conjugado com a alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que este ponto resulta da necessidade premente de regularizar aquele edifício que, face ao PDM atualmente em vigor, não é possível regularizar e, o reconhecimento de interesse público permite fazer uma alteração pontual e resolver o problema. Se não o resolverem este problema vão ficar com outro problema pois o ecocentro vai ser encerrado e teriam que começar a levar o lixo à Chamusca, o que não é fácil com os custos que isso tem. -----

Colocado a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com catorze votos a favor, sendo doze dos eleitos locais do PSD e dois dos eleitos locais do PS, zero votos contra e oito abstenções dos eleitos locais do PS, **aprovar** a proposta para reconhecimento de interesse público municipal, na regularização do estabelecimento de gestão de resíduos explorado pela Resitejo (estação de transferência e ecocentro), sito em Valadas, freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

5.- Apreciação dos compromissos plurianuais efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 1 de novembro de 2013, conforme n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

Tomaram conhecimento.-----

O Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para falar um pouco sobre o próximo quadro comunitário de apoio que, não tem nada a ver com os anteriores quadros comunitários de apoio. As três maiores necessidades da Câmara, que são: as redes de águas, o saneamento e as estradas, não vão poder candidatar na ITI – Investimentos Territoriais Integrados. Se para as águas e para o saneamento há perspectivas de haver fundos comunitários, para as estradas é para esquecer, se bem que foi instituído pelo Governo Português a *last mile* que tem a ver com situações pontuais, para terminar algumas ligações. É aqui que vai fazer alguma pressão para que o acesso da vila ao autoestrada, que é pouco mais que uma milha, seja

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

enquadrado aí. Para as restantes estradas não vai haver dinheiro mas a Câmara vai fazer algumas. Rapidamente vai avançar a estrada para o Lago Azul, pois vai realizar-se o mundial de Wakeboard em Setembro. A estimativa orçamental para esta estrada ronda os 400.000,00 €. Neste primeiro concurso faz também questão que esteja incluída a ligação de Chãos a Tomar. Mais para a frente irão lançar outro concurso público que irá incluir a estrada da Frazoeira, que está estimada em 200.000,00 €, pois tem que se arrancar todo o pavimento que existe e mexer nas valetas, por causa das raízes que lá estão. Irão também enquadrar todas aquelas que se mostrem necessárias e de acordo com a folga financeira que a Câmara tiver. Outra obra que irá avançar este verão, pelo menos está pensado assim, é o alargamento da ponte de Pias. Quanto aos 6 milhões de euros apresentados na ITI explicou que a ITI terá como máximo cerca de 34 a 36 milhões de euros até 2020. Ferreira do Zêzere apresentou 6 milhões, por isso é que muitas das coisas não vão ser financiadas. A candidatura é apresentada durante o mês de maio e é válida até 2020. 75% dos projetos da ITI tem que ir identificados ou seja, estão a trabalhar com 5 anos de antecedência. A ITI mostra que agora a estratégia é supramunicipal. O que os concelhos vão tentar fazer é alocar projetos em que se sintam todos os mais confortáveis possíveis, sendo certo que não podem todos fazer tudo. Informou também que dentro da ITI não vão só projetos municipais. Vão projetos de acordo com o mapeamento feito e que engloba desde a construção ou reparação dos Centros de Saúde, intervenção nos edifícios escolares, proteção civil, aquisição de carros de bombeiros, e também a criação de novos postos de trabalho, assim como lares, centros de dia e cuidados paliativos. Dentro da ITI há projetos que são facultativos, mas há alguns que são obrigatórios. Em seguida enumerou alguns projetos que Ferreira do Zêzere tem na ITI e que são o aumento do Lar de Areias, o Lar da

ATA DE 24 DE ABRIL DE 2015

Frazoeira, a eficiência energética dos edifícios municipais, a recuperação da rede de águas, a recuperação da cozinha, um laboratório e outras infraestruturas do ensino básico da escola Pedro Ferreiro, coberturas nos Centros Escolares. Na área da cultura está na ITI a aquisição da casa de ensaio do Carril, a valorização da torre pentagonal de Dornes, aquisição e valorização de azenhas, infraestruturas para o campeonato de wakeboard, festival de Teatro Ivone Silva, o Círius, Dornes Medieval, as Aldeias da Água, Praia Fluvial da Bairradinha, a valorização da Gruta de Avecasta, percursos pedestres, criação do parque de campismo e valorização da zona ribeirinha de São Guilherme, valorização da ribeira do Castro, valorização da zona ribeirinha do açude do Pego, da Cabrieira, das Laranjeiras, marcação sinalética dos caminhos de Santiago e dos caminhos de Fátima, nova sinalética rodoviária e turística, percursos de BTT, Cable Park, Espaço/Loja do Cidadão. Como se pode verificar, é muito dinheiro, mas obras grandes da Câmara não há. Mas o que interessa que estes projetos sejam feitos, porque são para o concelho. A ITI vai ser entregue no final de maio, e até lá vão tentar encaixar o mais possível. De tudo o que enumerou, muita coisa vai cair pois, colocou-se 6 milhões, mas ao verificar-se a proporção do peso de Ferreira com o total dos 34 milhões, se conseguirem cerca de 2 milhões já não é mau. A base do trabalho está feita e vai dando nota do que se vier a conseguir. -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que, em todos os Quadros Comunitários que negociaram foi assim. No início era tudo muito mau e depois foi melhorando, pelo que espera que assim seja também com o próximo. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e

